

DIFERENÇAS FUNCIONAIS E PSICOLOGIA ESCOLAR CRÍTICA: ANÁLISE ENTRE OS ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO PIAUÍ

*Functional differences and critical school psychology: analysis among students from public schools
in Piauí*

*Diferencias funcionales y psicología escolar crítica: análisis entre alumnos de escuelas públicas
de Piauí*

FAUSTON NEGREIROS¹⁴

MARCELLY DE OLIVEIRA BARROS¹⁵

MARIA GABRIELA DO NASCIMENTO ARAUJO¹⁶

RICARDO NEVES COUTO¹⁷

Resumo: Este estudo é de natureza documental e objetivou sistematizar os tipos de diferenças funcionais entre os estudantes adolescentes da rede pública de ensino do Piauí. Para isso foram analisados 57.024 documentos a partir do banco de dados da Unidade de Gestão e Inspeção Escolar/UGIE da Secretaria do Estado de Educação/SEDUC. Foi utilizada a ficha de registro de Avaliação Diagnóstica Básica de Saúde do Aluno(a), que englobam dados de 663 escolas. E como resultado, as principais demandas estão relacionadas a visão (baixa acuidade e deficiência visual), problemas de coluna, gagueira e Síndrome de Down, também verificou-se acerca do uso de prótese/órtoses, realização de procedimentos cirúrgicos, uso de medicação contínua e realização de tratamentos especializado. Percebendo-se certa disparidade entre a necessidade e ação das políticas públicas para atender tais demandas, tendo em vista a discrepância entre as diferenças funcionais apresentadas pelos estudantes e seu acesso a recursos essenciais para seu pleno desenvolvimento físico, histórico e social, o que, por sua vez, torna-se um campo de necessária atuação da Psicologia Escolar Crítica, tendo em vista que esta deve promover uma educação democrática e emancipatória.

Palavras-Chave: diferenças funcionais; psicologia escolar crítica; educação.

Abstract: *This study is documentary in nature and aimed to systematize the types of functional differences among adolescent students in the public school system in Piauí. For this, 57,024 documents were analyzed from the database of the School Management and Inspection Unit/UGIE of the State Department of Education/SEDUC. The Basic Diagnostic Assessment of Student Health was used, which includes data from 663 schools. And as a result, the main demands are related to vision (low acuity and visual impairment), spinal problems, stuttering and Down Syndrome, it was also verified about the use of prostheses/orthotics, surgical procedures, use of continuous medication and carrying out specialized treatments. Realizing a certain disparity between the need and action of public policies to meet such demands, in view of the discrepancy between the functional differences presented by students and their access to essential resources for their full physical, historical and social development, which, in turn, becomes a necessary field of action for Critical School Psychology, considering that it must promote a democratic and emancipatory education.*

Keywords: *functional differences; critical school psychology; education.*

14 Psicólogo, graduado pela Universidade Estadual do Piauí. Mestre e Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Pós-Doutor em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade Federal do Piauí/UFPI do Departamento de Psicologia e dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia e em Ciência Política. Coordenador do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Desenvolvimento Humano, Psicologia Educacional e Queixa Escolar/PSIQUED. Membro da Associação Brasileira de Psicologia Escolar Educacional/ABRAPEE. Membro do Fórum sobre a Medicalização da Educação e da Sociedade. Membro do GT Psicologia e Política Educacional da ANPEPP. E-mail: faustonnegreiros@ufpi.edu.br. ORCID <https://orcid.org/0000-0003-2046-8463>.

15 Psicóloga graduada pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba. Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Desenvolvimento Humano, Psicologia Educacional e Queixa Escolar/PSIQUED. Membro do Núcleo Piauí do Fórum sobre a Medicalização da Educação e da Sociedade. E-mail: barrosmarcelly3@gmail.com. ORCID <https://orcid.org/0000-0001-7012-1762>.

16 Psicóloga graduada pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba. Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Desenvolvimento Humano, Psicologia Educacional e Queixa Escolar/PSIQUED. Membro do Núcleo Piauí do Fórum sobre a Medicalização da Educação e da Sociedade. E-mail: gabi.sikver@gmail.com. ORCID <https://orcid.org/0000-0003-3434-7910>.

17 Psicólogo graduado pela Universidade Federal do Piauí; Mestre e Doutor em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba. Pós-Doutorando pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba. Professor da Universidade Estadual do Piauí/UFPI do Departamento de Pedagogia e na Universidade Regional Brasileira do Departamento de Psicologia. E-mail: r.nevescouto@gmail.com. ORCID <http://orcid.org/0000-0001-9989-4857>.

Resumen: Este estudio es de carácter documental y tuvo como objetivo sistematizar los tipos de diferencias funcionales entre estudiantes adolescentes de la red pública de enseñanza de Piauí. Para ello, se analizaron 57.024 documentos de la base de datos de la Unidad de Gestión e Inspección Escolar/UGIE de la Secretaría de Educación del Estado/SEDUC. Se utilizó el formulario de registro de Evaluación Diagnóstica Básica de Salud del Estudiante, que incluye datos de 663 escuelas. Y como resultado, las principales demandas están relacionadas con la visión (baja agudeza y discapacidad visual), problemas de espalda, tartamudeo y Síndrome de Down, también se verificó sobre el uso de prótesis/órtesis, realización de procedimientos quirúrgicos, uso de medicación continua y realización de tratamientos especializadas. Percibiendo cierta disparidad entre la necesidad y la acción de las políticas públicas para atender tales demandas, en vista de la discrepancia entre las diferencias funcionales que presentan los estudiantes y su acceso a los recursos indispensables para su pleno desarrollo físico, histórico y social, lo que, a su vez, hace que se convierta en un campo de acción necesario para la Psicología Escolar Crítica, considerando que debe promover una educación democrática y emancipadora.

Palabras clave: diferencias funcionales; psicología escolar crítica; educación.

Introdução

A Psicologia Escolar Crítica atua na perspectiva de uma educação democrática e emancipatória, de tal forma que processos de estigmatização e discriminação, presentes na sociedade e conseqüentemente no ambiente educacional sejam minimizados e trabalhados de maneira integral; aliando-se à políticas públicas educacionais como respaldo de uma atuação que fuja de processos de culpabilização e exclusão de qualquer pessoa ou grupo (Martinez, 2009; Patto, 1997). Tais processos discriminatórios e excludentes, por exemplo, são vivenciados por pessoas com diferenças funcionais. No âmbito escolar, por sua vez, foram criadas diversas nomenclaturas, políticas e modalidades que buscassem atender as demandas relacionadas a este grupo, como a Educação Especial. Porém, percorre um caminho com muitos traços medicalizantes, onde, muitas vezes, pautas puramente diagnósticas e patológicas são estabelecidas. Daí a importância da psicologia desligar-se de suas origens normativas na educação e trabalhar uma perspectiva crítica, pautada na visão de ensino como um direito igualitário, distanciando-se de um trabalho que busca faltas e o sujeito 'deficiente', mas sim, visualizando-o como um ser integral e para além de suas diferenças funcionais (Angelucci, 2014; Santos & Silva, 2020). Assim, percebe-se fatores sócio histórico-culturais direcionam a maneira que tais pessoas são vistas e tratadas. Inicialmente eram relacionadas a dualidade de serem presentes divinos para abençoar as pessoas ao redor e de serem conseqüências de ações demoníacas e de maldições. Com o avanço da ciência médica, elas passaram pelo processo de institucionalização, onde, agora, vistas como doentes, precisariam de tratamentos invasivos/ agressivos

para que fossem retirados seus 'defeitos', e por isso deveriam ser afastados da sociedade e das pessoas consideradas 'normais'. Após as Grandes Guerras, com o advento da Declaração dos Direitos Humanos em 1948 e com o surgimento de movimentos sociais no decorrer das décadas (1960 e 1970), iniciou-se a luta pela inserção dessa população na sociedade, que, por sua vez, houveram avanços na década de 1980, com a expansão da comunicação, tecnologias médicas, aporte técnico-científico, valorização dos direitos humanos e no Brasil, com a Constituição de 1988 (Aranha, 2004; Macedo, Aimi, Tada, & Souza, 2014). Um dos aportes teóricos que baseiam tais avanços foram os de Vygotsky. No início do século XX, deu início aos seus estudos sobre crianças com diferenças funcionais, envolvendo as diversas perspectivas de ensino-aprendizagem e desenvolvimento. A defectologia, abordagem científica empregada por ele na época, utilizava-se do conceito de defeitos para fundamentar suas pesquisas. Apesar das nomenclaturas desatualizadas, permeadas de implicações negativas, seus estudos ainda mostram grande relevância e impacto nas discussões atuais, tendo em vista suas reflexões concretas e modernas (Stetsenko, & Selau, 2018; Vygotsky, 2019). Dentro dessa perspectiva, Vygotsky distinguiu dois tipos de deficiências, a primária e a secundária. A deficiência primária compreende aspectos orgânicos, fisiológicos e biológicos, sendo esta categoria responsável por deliberar àqueles que podem ser incluídos à comunidade de Pessoas Com Deficiência (PCD). Já a deficiência secundária, abrange as relações e repercussões do desenvolvimento psicossocial dos indivíduos que possuem alguma deficiência, considerando essas conseqüências sociais como fatores significativos para salientar e fortalecer as próprias diferenças funcionais

(Dainez, 2017; Nuernberg, 2008; Vygotsky, 2019). Dessa forma, entende-se que a deficiência secundária, devido ao seu caráter social, pode provocar uma relação deturpada com a sociedade em toda sua forma, essencialmente no âmbito escolar, tendo em vista as exigências institucionais e padrões de normalidade desenvolvidos pela escola. O próprio contexto sociocultural, que elabora suas vivências e desenvolvimento conforme um padrão de normalidade, acaba produzindo obstáculos físicos e educacionais para a PCD, na medida que os fatores físicos e/ou biológicos podem apresentar certos limites, mas é o contexto histórico-cultural que dificulta o ensino-aprendizagem e desenvolvimento desses sujeitos (Barroco, 2018; Dainez, 2017; Leonardo, Barroco, & Rossato, 2017). É possível perceber que a atuação da escola frente à essas adversidades é essencial, dado ao caráter fundamental e pedagógico para a construção da sociedade que esse setor é responsável e a todos aqueles que a compõe, no entanto sua intervenção deve-se incidir na modificação das relações sociais deturpadas dentro desse meio, carregadas de preconceitos, exclusão e discriminação (Passerino, Roselló, & Baldassarri, 2018). Diante desses aspectos, existem as Políticas Públicas Educacionais que auxiliam no enfrentamento dos problemas existentes no âmbito escolar e na garantia dos direitos ao acesso à educação de qualidade, especialmente aos cidadãos em nível de educação básica. Porém, cabe frisar que somente o direcionamento destas políticas para a educação, não constitui uma forma efetiva de garantir esses direitos à comunidade escolar, visto que existem outras problemáticas como a fome, a violência e a exclusão, que também merecem ser tratadas a partir das políticas públicas e que necessitam de articulação entre o Estado e a Sociedade para que tenhamos uma educação mais inclusiva e de melhor qualidade para todos (Souza & Mello, 2019). Nesse sentido, foi regulamentada a Lei 13.935/2019, que prevê a presença dos profissionais de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica, com o objetivo de contribuir com a consolidação de um ensino público inclusivo, de qualidade e que possa atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação. Desse modo, compreendemos a importância da atuação desses profissionais na educação para promover ações centradas no estudante e na valorização das suas potencialidades (Conselho Federal de Psicologia, 2019; Souza & Mello, 2019).

Método

Tipo de investigação

Trata-se de um estudo do tipo documental. Este, por sua vez, corresponde a toda informação coletada em forma de documentos, com finalidades diversas e é constituído por um objeto capaz de comprovar algum fato ou acontecimento (Gil, 2017).

Participantes/ Cenário de pesquisa

Os participantes são 57.024 documentos analisados a partir do banco de dados da Unidade de Gestão e Inspeção Escolar/UGIE da Secretaria do Estado de Educação/SEDUC. A coleta dos dados foi realizada durante o ano de 2018. O documento utilizado para catalogar os dados foi uma ficha de registro de Avaliação Diagnóstica Básica de Saúde do Aluno(a), elaborado pela UGIE/SEDUC no estado do Piauí. O cenário da pesquisa com 663 escolas que compõem as 21 Gerências Regionais de Educação/GRE do estado do Piauí. O estado do Piauí é uma das 27 unidades federativas brasileiras, está localizado no noroeste da Região Nordeste.

Instrumentos

Com o objetivo de obter informações a respeito da saúde dos estudantes com idades entre 12 à 18 anos, a Secretaria Estadual de Educação do Piauí (SEDUC), elaborou fichas de registros documentais intitulada "Avaliação Diagnóstica Básica de Saúde do Aluno (a)". Essas fichas eram compostas por 18 (dezoito) itens com opções de respostas, totalizando 147 (cento e quarenta e sete) itens. O documento apresenta informações de caracterização pessoal, escolar e outras que apresentam aspectos de saúde do estudante. Quanto à descrição dos documentos, possuem uma variedade de informações que permitem analisar os aspectos de saúde dos estudantes adolescentes em escolas da rede pública do Piauí. No presente artigo, foram analisados cinco itens do documento, referentes aos tipos de diferenças funcionais entre os estudantes. O item 01, busca saber se o aluno apresenta alguma diferença disfuncional, com opções de resposta: Baixa visão, problemas na coluna, deficiência visual, gagueira, síndrome de

Down, autismo, dislexia, TDAH, deficiência múltipla, entre outras. No item 02, pergunta se o aluno utiliza alguma dessas órteses/próteses: aparelho auditivo, cadeira de rodas, marcapasso, muleta e prótese de membro. O item 03, o aluno já realizou algum procedimento cirúrgico? Opções de resposta: sim; não; precisa realizar, mas não realizou. O item 04, fala sobre o aluno fazer ou não uso de medicação contínua. E o item 05, busca saber se o aluno realiza tratamento especializado com algumas dessas profissões: psicologia, psiquiatria, fisioterapia e fonoaudiologia. Através desses itens, buscou-se sistematizar os tipos de diferenças funcionais entre os estudantes adolescentes da rede pública de ensino do estado do Piauí.

Procedimentos éticos e coleta de dados

Para realização deste estudo, foi realizado o contato com a UGIE/SEDUC para solicitar o consentimento por meio da carta de autorização institucional, para a coleta de dados. Em seguida, esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Piauí – Campus Petrônio Portela, e aprovada conforme o número do parecer: 4.138.877, atendendo às Resoluções Nº 466/2012 e Nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, as quais apresentam os aspectos éticos e legais de pesquisa envolvendo seres humanos.

Análise de dados

Inicialmente, os dados foram organizados em planilhas do *Excel*. Em seguida, utilizou-se o programa *Statistical Package for the Social Sciences – SPSS*, em sua versão 21, para realizar a análise estatística do teste de frequência e porcentagem, com o intuito de calcular a frequência e a porcentagem sobre o perfil das diferenças funcionais dos estudantes adolescentes da rede pública do Piauí. Posteriormente, os dados foram analisados teoricamente, a partir da Psicologia Histórico-cultural, considerando os aspectos psicossociais da adolescência e da saúde do estudante (Vygotsky, 2019; Zamprogno, Mandrá, Gonçalves, & Jorge, 2020).

Resultados

Os dados obtidos por meio dos registros documentais do banco de dados, correspondem ao

total de 57.024 estudantes matriculados na educação básica na rede pública de ensino no Piauí, no ano de 2018. Os resultados contemplam informações sobre o perfil das diferenças disfuncionais dos estudantes da rede pública do Piauí; sobre o uso de prótese/órtese; sobre a realização de procedimentos cirúrgicos; sobre o uso de medicação contínua e sobre a realização de tratamentos especializados, como mostram as tabelas a seguir.

- Tabela 01 - perfil das diferenças funcionais dos estudantes da rede pública do Piauí
- Tabela 02 – sobre o uso de prótese / órteses
- Tabela 03 - sobre a realização de procedimentos cirúrgicos
- Tabela 04 - sobre o uso de medicação contínua
- Tabela 05 - realização de tratamentos especializados

Em destaque aparece baixa visão, problemas na coluna, deficiência visual e gagueira, que são as principais diferenças funcionais apresentadas pelos estudantes adolescentes. A maioria, não utiliza prótese/órtese, e os mais apresentados são aparelhos auditivos e prótese de membro. Sobre a realização de procedimentos cirúrgicos e o uso de medicação contínua, mesmo a maioria não tendo realizado cirurgia ou não fazendo uso de medicação, há uma incidência na porcentagem de alunos que precisam realizar, mas não realizaram o procedimento cirúrgico e também o uso de medicações contínuas pelos estudantes. As especialidades com maior porcentagem em relação a tratamentos realizados pelos estudantes, em seguida daqueles que não realizam, são a psicologia e a psiquiatria.

Discussão

Na Tabela 01, pode-se visualizar as diferenças funcionais encontradas em alunos da rede pública do estado do Piauí. Percebe-se que a demanda mais presente trata-se de questões relacionadas à visão, sendo a baixa visão a mais constatada, com 4575 (8,0%) de frequência e em terceiro a deficiência visual com 604 (1,1%). Quando não devidamente tratadas, tais questões relacionadas à visão podem causar o considerado 'baixo rendimento' e aumentarem o fenômeno de evasão, além de muitas vezes serem atribuídos quando não constatados da maneira adequada a transtornos e a dificuldades de aprendizagem (Cavalcante, Rebouças, Dantas, & Pagliuca, 2015). Em segundo lugar, com 3529 (6,2%) de frequência, está

problemas na coluna. É importante pontuar que há um aumento no número de crianças e adolescentes em idade escolar estejam tendo problemas relacionados à postura e que podem causar sérios danos na vida adulta. Isso pode estar relacionado à rotina escolar frente ao uso de mochilas pesadas, cadeiras/carteiras inadequadas, exercícios errados ou mal executados, bem como postura inadequada ao sentar-se. Para isso é importante a promoção de atividades que promovam a educação postural e reeducação postural global (rpg), desempenhada por profissionais como fisioterapeutas, vendo a necessidade de um trabalho multiprofissional (Menotti *et al.*, 2018). Em seguida, vem a Gagueira com a frequência de 570 (1,0%). Este fator relaciona-se com o processo de comunicação e das expectativas feitas frente a ele neste ambiente, tanto da parte do sistema educacional, quanto dos demais participantes desse meio (colegas, direção, professores, dentre outros), sendo que a sociedade

espera uma evolução à medida que se ingressa no sistema educacional, o que acaba por muitas vezes reforçar a dificuldade em questão (Vygotsky, 2019; Zamprogno, Mandrá, Gonçalves, & Jorge, 2020). A Síndrome de *Down*, por sua vez, apresenta frequência 463 (0,8%). Vale ressaltar as dificuldades quanto ao processo de aprendizagem no âmbito público e a limitação de políticas educacionais que atendam às necessidades deste grupo, pois sua falta serve para reforçar errôneos estigmas de que pessoas com *Down* não aprendem, por isso, é preciso criar e utilizar ferramentas para mediar e adaptar a base curricular para com as particularidades dos mesmos, subsidiando seu acesso à educação e possibilitando sua permanência, para que assim, dados como os levantados pelo Movimento *Down*, onde não consta nenhuma pessoa com Síndrome de *Down* no ensino superior do estado do Piauí (Almeida, 2021; Santos & Santos, 2021).

Tabela 1: Perfil das diferenças funcionais dos estudantes da rede pública do Piauí.

Diferenças funcionais	Frequência	Porcentagem
Baixa Visão	4575	8,0
Problema na coluna	3529	6,2
Deficiência Visual	604	1,1
Gagueira	579	1,0
Síndrome de Down	463	0,8
Outras	408	0,7
Surdez Leve ou Moderada	353	0,6
Transt. De Deficit de Atenção / Hiperatividade - TDAH	232	0,4
Autismo	212	0,4
Dislexia / Disgrafia	193	0,3
Cadeirante	73	0,1
Surdocegueira	63	0,1
Surdez Severa ou Profunda	46	0,1
Transt. Desintegrativo da Infância (Psicose infantil)	24	0,0
Deficiência Múltipla	21	0,0
Síndrome de Asperger	17	0,0
Síndrome de Rett	12	0,0

Fonte: Dados obtidos com a Secretaria Estadual de Educação do Piauí (SEDUC) do ano de 2018.

Um outro dado coletado refere-se ao uso (ou não) de próteses e órteses por esses estudantes, como mostra a Tabela 02. Dentre eles, 95,5% afirmaram não fazer uso de nenhuma dessas ferramentas, e entre aqueles que apontaram a utilização, os mais indicados corresponderam ao uso de aparelho auditivo (0,5%) e prótese de membro (0,3%). Esses

dados mostram a relevância do emprego de Tecnologias Assistivas (TA) para o processo de inclusão de pessoas com diferenças funcionais no meio educacional. As TAs são recursos essenciais, pois auxiliam no desenvolvimento, integralização, valorização e promoção de direitos para as pessoas com deficiências. Essas tecnologias podem incluir recursos e serviços

que visam a autonomia e inclusão destas pessoas nos diversos espaços que compõem a sociedade (Brasil, 2019). Como supracitado, dentre os recursos mais apontados o uso de aparelhos auditivos demonstrou o maior escore, com 304 alunos. Tendo em vista que 399 estudantes apresentaram algum nível de surdez, sendo leve ou moderada (353) e severa ou profunda (46), ou seja, cerca de 76% dos estudantes que necessitam do aparelho auditivo, já fazem uso, fato este que pode demonstrar o aumento da eficiência das políticas voltadas para a educação inclusiva focadas nesse público. É válido pontuar que dentre aqueles que afirmaram não utilizar o aparelho (24%), pode estar ligado a diversos fatores, tanto quanto a falta de condições financeiras, o aspecto social que permeia o ato de utilizar, o incômodo e dores causadas, como também aqueles que escolhem não usar o aparelho e sim a apoiar-se na Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (Guarinello, Almeida, Filietaz, & Silva, 2015). Cerca dos dados referentes ao uso de próteses de membro (182), muleta (70) e cadeira rodas (34) constata-se sua relação direta com as políticas de acessibilidade. É oportuno pontuar que apesar de 73 estudantes afirmarem que são cadeirantes, apenas 34 fazem uso da cadeira de rodas. Esse dado demonstra a disparidade entre a necessidade e a política, tendo em vista que a cadeira de rodas é um dispositivo que além de possibilitar a mobilidade funcional e transporte das PCDs, promove a independência e autonomia desses sujeitos. Dessa forma se faz necessária a ampliação de políticas, que para além da disponibilidade de dispositivos, proporcione acessibilidade, pois apesar do aumento de matrículas de PCDs na educação básica, as taxas de reprovação e evasão também elevaram-se consideravelmente (Brasil, 2020; Albuquerque, Borges, Magalhães, Kososki, Aramaki, & Silva, 2018).

Tabela 02: Sobre o uso de prótese/órteses.

Prótese/órtese	Frequência	Porcentagem
Não utiliza	54467	95,5
Aparelho Auditivo	304	0,5
Prótese de Membro	182	0,3
Muleta	70	0,1
Cadeira de rodas	34	0,1
Marcapasso	14	0,0

Fonte: Dados obtidos com a Secretaria Estadual de Educação do Piauí (SEDUC) do ano de 2018.

A Tabela 03 apresenta as informações referentes à realização (ou não) de procedimentos cirúrgicos.

Em sua maioria, 77,4% apontaram que não realizaram nenhuma cirurgia, 14,9% responderam que sim e 2,2% declaram que precisavam realizar, mas ainda não efetivaram a cirurgia. Esse conjunto de dados, apesar de expor de forma mais geral, constata que 1250 estudantes (2,2%) necessitam de cirurgias com o objetivo de obter uma melhor qualidade de vida, no entanto, devido a certos fatores, ainda não realizaram. É importante ressaltar a relevância das políticas de intersetorialidade entre saúde e educação, considerando que essas políticas fundamentam-se no desenvolvimento das relações entre diferentes setores, a fim de organizar e operacionalizar intervenções frente às demandas encontradas. Dessa forma, com base na intersetorialidade, constata-se a importância de uma atuação ampla diante do fenômeno da (não) realização de procedimentos cirúrgicos, a fim de investigar as razões e repercussões que tais operações podem trazer (Pletsch, Sá, & Mendes, 2021).

Tabela 03: Sobre a realização de procedimentos cirúrgicos.

Procedimentos cirúrgicos	Frequência	Porcentagem
Não	44156	77,4
Sim	8500	14,9
Precisa realizar, mas não realizou	1250	2,2

Fonte: Dados obtidos com a Secretaria Estadual de Educação do Piauí (SEDUC) do ano de 2018.

De acordo com a Tabela 04, 84,6% dos estudantes não fazem uso de medicação contínua e 9,0% fazem uso da medicação contínua. O uso racional de medicamentos segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2019) corresponde a utilização do medicamento apropriado às necessidades do paciente, na dose correta, por período de tempo adequado e que possua custo acessível à população. Portanto, a ausência de qualquer um desses critérios de racionalidade apontados nesse conceito, implica na utilização de uso irracional do medicamento (Santos, Pedroso, & Sebastião, 2019). Nesse sentido, é necessário atentar para a banalização do uso irracional de medicamentos, tendo em vista a questão da medicalização da sociedade, onde as pessoas são constantemente incentivadas a resolverem seus problemas sociais através do medicamento. É importante ressaltar que o uso inadequado ou irracional de medicamentos, é uma das formas de medicalização da vida, muitas

vezes utilizado como meio para normalizar as pessoas, os quais perpassam a lógica do biopoder (Ministério da Saúde, 2019).

Tabela 04: Sobre o uso de medicação contínua.

Medicação contínua	Frequência	Porcentagem
Não	48257	84,6
Sim	5127	9,0

Fonte: Dados obtidos com a Secretaria Estadual de Educação do Piauí (SEDUC) do ano de 2018.

A Tabela 05 apresenta as áreas de realização de tratamentos especializados, onde fica evidente a quantidade bastante superior de estudantes que não realizam nenhum tratamento especializado (88,8%). No entanto, destacam-se as especialidades de psicologia (3,0%), psiquiatria (2,4%), fisioterapia (1,0%) e fonoaudiologia (0,4%). Tendo em vista os novos avanços teóricos desenvolvidos pela psicologia na forma de repensar sua identidade e seu modelo de atuação nos espaços escolares, é importante ressaltar a contribuição fundamental que a(o) psicóloga(o) tem na escola, que ao invés de diagnosticar, tratar ou encaminhar casos específicos, oferece condições para que o ambiente escolar possa refletir sobre a origem dessas demandas e o processo de psicologização das dificuldades escolares, buscando contemplar o respeito e a valorização às diferenças (Brasil, 2013; Zucolotto, 2018). Nesse sentido, faz-se necessário discutir as políticas públicas que impulsionaram a criação da lei 13.935/2019, que prevê a atuação obrigatória da(o) psicóloga(o) em cada instituição de ensino público brasileiro, além de legitimar sua atuação a partir de uma equipe multiprofissional, com o objetivo de atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas públicas de educação (Brasil, 2019). Dessa forma, a obrigatoriedade desse profissional nas redes de ensino, possibilita atuar no processo de ensino-aprendizagem buscando realizar

Tabela 05: Realização de tratamentos especializados.

Áreas	Frequência	Porcentagem
Não realiza	50620	88,8
Psicologia	1730	3,0
Psiquiatria	1372	2,4
Fisioterapia	576	1,0
Fonoaudiologia	217	0,4

Fonte: Dados obtidos com a Secretaria Estadual de Educação do Piauí (SEDUC) do ano de 2018.

uma análise crítica sob as condições histórico-culturais determinadas, envolvendo os diversos aspectos que formam o processo de escolarização, além de trabalhar a relação entre professor, aluno e família, considerando o contexto sócio histórico em que são produzidas essas relações e o processo de escolarização (Conselho Federal de Psicologia, 2019).

Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo sistematizar os tipos de diferenças funcionais entre os estudantes adolescentes da rede pública de ensino do Piauí. Foi possível constatar, através dos dados documentais, o perfil de diferenças funcionais dos estudantes, onde as principais demandas estão relacionadas a visão (baixa acuidade e deficiência visual), problemas de coluna, gagueira e Síndrome de Down. Para além da identificação das diferenças funcionais mais frequentes na educação básica do Piauí, também foi possível verificar o uso de prótese/órteses, realização de procedimentos cirúrgicos, uso de medicação contínua e realização de tratamentos especializados por esses estudantes. A partir dos dados coletados, foi possível perceber certa disparidade entre a necessidade e ação das políticas públicas, tendo em vista a discrepância entre as diferenças funcionais apresentadas pelos estudantes e seu acesso aos recursos essenciais para seu pleno desenvolvimento físico, histórico e social. Dessa forma, acredita-se que os resultados advindos desse estudo podem contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para as pessoas com diferenças funcionais. Estas que procurem não só o oferecimento de feramentas e funcionalidade, mas que busquem a inclusão e acessibilidade desse público, considerando todo seu contexto e aspectos psicossociais. Como limitações, este estudo apresenta o recorte temporal por se tratar de dados específicos somente do ano de 2018, por ser aplicado apenas a um estado e em um contexto brasileiro específico. Além dos documentos não apresentarem informações sobre as condições de saúde das famílias dos estudantes e nem sobre o gênero dos participantes. Desta forma, recomenda-se que sejam realizados outros estudos sobre as diferenças funcionais dos estudantes, bem como outros que possam comparar as variáveis sociodemográficas, como gênero, etnia, raça, aspectos familiares com estudantes da rede privada. Diante destes aspectos, espera-se que esse estudo possa servir para o

desenvolvimento de políticas públicas educacionais voltadas para a construção de uma educação mais inclusiva e de melhor qualidade. Isso, respeitando as diferenças, que possam auxiliar efetivamente os professores e a comunidade escolar através de programas e projetos educativos centrados no estudante e na valorização das suas potencialidades.

Referências

- Albuquerque, A. C., Borges, E. C. M., Magalhães, B. C., Kososki, E., Aramaki, A. L., & Silva, S. G. (2018). Percepção dos responsáveis de crianças e adolescentes sobre prescrição da cadeira de rodas e satisfação com o equipamento. *Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo*, 29(1), 27-33. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v29i1p27-33>.
- Almeida, P. (2021). Brasileiros com Síndrome de Down que chegaram à Universidade. *Movimento Down*. <http://www.movimentodown.org.br/2014/01/inclusao-leva-a-universidade-e-alem-2/>.
- Angelucci, C. B. (2014). Medicalização das diferenças funcionais–continuísmos nas justificativas de uma educação especial subordinada aos diagnósticos. *Nuances: Estudos Sobre Educação*, 25(1), 116-134. <http://dx.doi.org/10.14572/nuances.v25i1.2745>.
- Aranha, M. S. F. (2004). *Educação inclusiva: a fundamentação filosófica*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial.
- Barroco, S. M. S. (2018). Vygotski's theories on Defectology: contributions to the special education of the 21st century. *Revista Educação*, 41(3), 374-384. <http://dx.doi.org/10.15448/1981-2582.2018.3.31826>.
- Brasil, Ministério da Saúde. (2019). Uso de medicamentos e medicalização da vida: recomendações e estratégias. *Secretaria de Ciência Tecnologia e Insumos Estratégicos Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos*, Brasília. p 33. https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/medicamentos_medicalizacao_recomendacoes_estrategia_1ed.pdf.
- Brasil. (2020). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo da Educação Básica 2019: Resumo Técnico*. Brasília.
- Brasil. Decreto-lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. *Diário Oficial da União (DOU)*. Brasília, Seção 1, p. 8. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.935-de-11-de-dezembro-de-2019-232942408>.
- Brasil. Ministério da Educação. (2013). Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI. 562p. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/base/o-que>.
- Cavalcanti Júnior, J., Rebouças, C. B., Dantas, R. A., & Pagliuca, L. M. (2015). Conhecimento de professores sobre sinais/sintomas indicativos de baixa acuidade visual em escolares. *J Nurs UFPE On line* [Internet], 9(4), 7289-94. doi:10.5205/reuol.7275-62744-1-SM.0904201514.
- Conselho Federal de Psicologia. (2019). Referências técnicas para atuação de Psicólogos (os) na educação básica – 2.ed. In: XVII Plenário, CFP, Brasília. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/EducacaoBASICA_web.pdf.
- Dainez, D. (2017). Desenvolvimento e deficiência na perspectiva histórico-cultural: Contribuições para educação especial e inclusiva. *Revista de Psicología* (Santiago), 26(2), 151-160. <https://dx.doi.org/10.5354/0719-0581.2017.47948>.
- Gil, A. C. (2017). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 6. Ed. São Paulo: Atlas.
- Guarinello, A. C., Almeida, F. S., Filietaz, M. R., & Da Silva, R. Q. (2015). Perfil dos Alunos surdos inseridos no ensino superior em Curitiba. *Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial*, 2(1). <https://doi.org/10.36311/2358-8845.2015.v2n1.5296>.
- Leonardo, N. S. T., Barroco, S. M. S., & Rossato, S. F. M. (Orgs.). (2017). *Educação especial e teoria histórico-cultural: contribuições para o desenvolvimento humano*. 1 ed. Curitiba: Appris Editora.
- Macedo, M. D. C. S. R., Aimi, D. R. S., Tada, I. N. C., & Souza, A. M. D. L. (2014). Histórico da inclusão escolar: uma discussão entre texto e contexto. *Psicologia em Estudo*, 19 (2), 179-189. <https://doi.org/10.1590/1413-737218196001>.
- Martinez, A. M. (2009). Psicologia Escolar e Educacional: compromissos com a educação brasileira. *Psicologia Escolar e Educacional*, 13(1), 169-177.
- Menotti, J., Justin, E., Bandeira, A., Menotti, L. V., de Freitas Thomazi, C. P., Corrêa, P. S., & Galvan, T. C. (2018). A importância da educação postural evitando situações que possam afetar a saúde de crianças e adolescentes em idade escolar. *Revista Perspectiva: Ciência e Saúde*, 3(2), 12-23.
- Nuernberg, A. H. (2008). Contribuições de Vygotsky para a educação de pessoas com deficiência visual. *Revista Psicologia em Estudo*, 13(2), 307-316. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722008000200013>.
- Passerino, L., Roselló, T. C., & Baldassarri, S. (2018). Interacción tangible para la Compensación Social de procesos mediados en niños con diversidad funcional. *Revista Educação*, 41(3), 362-373. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2018.3.31732>.
- Patto, M. H. S. (1997). Introdução à psicologia escolar. *Casa do Psicólogo*. 3 ed. São Paulo. Livraria e editora Ltda.
- Pletsch, M. D., Sá, M. R. C., & Mendes, G. M. L. (2021). A favor da escola pública: a intersetorialidade como premissa para a educação inclusiva. *Revista Teias*, 22(66), 11-26. DOI: 10.12957/teias.2021.58619.

- Santos, G. M., & da Silva, L. A. P. (2020). Práticas Em Psicologia Escolar E Educacional No Contexto De Educação Especial: Considerações A Partir De Visitas. *IV CINTED- Congresso Internacional de Educação Inclusiva*. ISSN: 2358-2915.
- Santos, M., & Santos, A. M. (2021). A criança com síndrome de down no ensino regular: como promover sua inclusão. *Ensino Em Perspectivas*, 2(1), 1–9. <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/5869>.
- Santos, P. C. C., & Pedroso, L. A. (2019). O abuso de psicofármacos na atualidade e a medicalização da vida. *Brazilian Journal of Health and Pharmacy*, 1(4), 6-10.
- Souza, V. E. B., & de Mello, R. M. A. V. (2019). Uma breve reflexão do percurso das políticas públicas educacionais no Brasil: em foco a formação continuada. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 94-107. <https://doi.org/10.21723/riaee.v14i1.8654>.
- Stetsenko, A., & Selau, B. (2018). A abordagem de Vygotsky em relação à deficiência no contexto dos debates e desafios contemporâneos: Mapeando os próximos passos. *Revista Educação*, 41(3), 315-324. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/32668>.
- Vigotski, L. S. (2019). *Fundamentos de defectologia*. In: Obras completas. Tomo Cinco. Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidade Especiais (PEE): revisão da tradução por Guilherme Arias Beatón. Cascavel, PR: EDUNIOESTE.
- Zamprogno, M. P., et al. (2020). Experiences of violence at school from the stuttering patients' perspective. *Revista CEFAC* [online], 22 (6). ISSN 1982-0216. <https://doi.org/10.1590/1982-0216/20202266020>.
- Zucolotto, M. P. (2018). Contribuições da psicologia à educação básica e o problema da psicologização da educação: uma revisão narrativa. *Revista HISTEDBR On-line*, 18(4), 1195-1208. <https://doi.org/10.20396/rho.v18i4.8652472>.

Recebido: 25.03.22 / Corrigido: 30.05.22 / Aprovado: 04.06.22